

Fotografias apontam fim de reservas florestais

As reservas florestais de Pedra Azul e Forno Grande, no município de Castelo, já não existem mais. Elas faziam parte das reservas florestais e biológicas do Espírito Santo, mas hoje, de ambas, resta somente a pedra, conforme afirmou ontem o Departamento de Aerofotogrametria do Estado. O órgão realizou, há cerca de quatro meses, um levantamento das cinco reservas florestais do Estado (Pedra Azul, Forno Grande, Duas Bocas, Comboios e Forno Grande) e constatou um problema grave.

Em Pedra Azul e Forno Grande todas as áreas que poderiam constar dentro dos limites das duas reservas são de propriedade particular. Moradores da região conseguiram que o próprio governo lhes concedesse títulos de propriedade das terras das duas reservas criadas. Isso foi possível porque o governo do Estado apenas criou as duas reservas, não baixando, no entanto, o decreto que delimitava a área. Assim, quando o DAF foi solicitado a executar o levantamento aerofotogramétrico da região limitou-se a apanhar os nomes dos pretendidos proprietários das áreas para logo em seguida constatar, através de pesquisa que todos estavam registrados em cartório.

O trabalho executado pelo Departamento de Aerofotogrametria encontra-se atualmente nos arquivos da Fundação Estadual do Meio Ambiente, compondo parte de acervo do extinto Instituto Estadual de Florestas, órgão que seria o responsável, a nível estadual, pela manutenção, conservação e preservação das reservas biológicas e florestais do Estado. Nos arquivos do órgão há inclusive os nomes de todos os proprietários, inclusive com o total da área de cada um, os quais residem, legalmente, no local que se convencionou chamar de reserva florestal de Forno Grande e de Pedra Azul. Atualmente a única área que o governo do Estado pode considerar como integrante das duas reservas "é a pedra".

As demais reservas estaduais também apresentam diversos problemas. Comboios, município de Linhares, já foi ameaçada de subdivisão e estuda-se, no momento, sua doação para a Marinha. O governo do Estado tem se revelado incapaz para desenvolver os programas exigidos pela reserva biológica e não dispõe inclusive de verbas para indenizar todos os moradores do local. Em idêntica situação encontra-se a reserva de Duas Bocas. Há entendimento com a Prefeitura da Serra no sentido de transferir para o município a responsabilidade pela preservação ambiental do local.

A reserva do Mestre Alvaro também, por falta de fiscalização, sofre com a ação predatória do ser humano. O quadro é totalmente diferente na área sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que responde pelas três reservas biológicas federais no Espírito Santo: Sooretama, Nova Lombardia e Córrego do Veado. Atualmente, o Departamento de Aerofotogrametria do Estado está efetuando um levantamento destas três áreas, além da demarcação com marcos de concreto e placas de cimento. Sooretama é considerada inclusive, conforme informações do IBDF, uma das maiores reservas biológicas do mundo.

No início do mês circularam comentários na cidade dando conta de que as reservas estaduais seriam transferidas para o IBDF, assunto que já fora ventilado pouco antes da extinção do Instituto Estadual de Florestas, mas que não chegou, oficialmente, a ser discutido. Um dos pontos em que o IBDF encontraria problema, na manutenção das cinco reservas, seria a imediata e rápida indenização dos ocupantes das áreas das

reservas, o que não poderia acontecer antes de um ano. Isso porque o IBDF dependeria de um parecer do Departamento de Parques Nacionais, para então incluir no seu orçamento verbas correspondentes aos valores a serem pagos pelas desapropriações.

E no momento não existe qualquer possibilidade das reservas, que estão sendo gradativamente destruídas, tal como acontece com Pedra Azul e Forno Grande, serem transferidas para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. E o Estado não tem condições de exercer a vigilância necessária ou de executar a preservação biológica dos locais, ainda denominados como reservas no Espírito Santo. Aliás, dependendo-se das informações extra-oficiais colhidas ontem no IBDF, não existe nada nos locais chamados "reservas" que os caracterize como tais.

O DAF admite que foi feito um levantamento aerofotogramétrico do local, mas, no caso de Pedra Azul e Forno Grande, o órgão limitou-se a relacionar os proprietários das terras onde se criou a reserva e a encaminhar a relação para o extinto IEF, hoje transformado em um departamento da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Afora este levantamento, seria necessária a delimitação das áreas, construção de aceiros e outras proteções para evitar roubo e predação da fauna e flora. E, ao longo desses anos, conforme as considerações do delegado regional do IBDF, Francisco Pedrosa, o Espírito Santo não tomou nenhuma providência para defender suas reservas.

Assim, elas foram sendo invadidas por posseiros, que hoje possuem títulos que garantem a propriedade ou o direito à terra por usucapião. E, no momento, faltam condições financeiras para alocação de recursos para indenizar todos os proprietários e possibilitar então a plena posse da terra. Enquanto isso, por falta de fiscalização, as invasões vão aumentando e as condições ecológicas das reservas sendo destruídas gradativamente. Segundo Francisco Pedrosa, o extinto IEF chegou a sugerir que o órgão federal assumisse a responsabilidade pelas reservas do Estado, mas tudo não passou de sugestão e nenhum trabalho nesse sentido foi desenvolvido. O IBDF receberia a responsabilidade de indenização dos moradores, ficando também na obrigação de determinar os diversos tipos de infra-estrutura para cada reserva e de prover a manutenção de agentes florestais na área, recebendo sua posse e domínio, paralelamente à responsabilidade de sua conservação.

Na ocasião, o governo do Estado ficou de realizar os levantamentos necessários e logo em seguida faria uma consulta oficial ao IBDF, para apurar se o órgão assumiria a responsabilidade pelos cinco locais. Mas até ontem nada disso ainda havia sido feito oficialmente e o delegado Francisco Pedrosa praticamente continuava desconhecendo, em termos oficiais, qualquer gestão nesse sentido, embora ele admita que, mesmo com dificuldades, o IBDF teria condições de efetuar a preservação e manutenção dessas áreas.

Hoje, com o retorno da diretoria da Fema, que se encontra no Rio de Janeiro, o problema de inexistência das reservas de Forno Grande e Pedra Azul voltará à pauta dos assuntos, mas a Fema pouco pode fazer no momento, pois não tem condições de investir milhões no desenvolvimento dos projetos preliminares para cumprimento dos requisitos pretendidos pelo IBDF. Mesmo assim, alguns estudos estão sendo feitos, no sentido de se levantar a situação atual das reservas estaduais.